

A CRIANÇA COMO SUJEITO DA APRENDIZAGEM

Isabel Sampaio Balduino Santana[\[1\]](#)

Altina Abadia da Silva[\[2\]](#)

Infância, Criança, Aprendizagem

Introdução

Discorrer sobre a aprendizagem da criança requer a compreensão da concepção de infância pela sociedade. Esta concepção não foi a mesma no decorrer dos anos. Deste modo, iniciaremos com o pensamento renascentista sobre criança juntamente com o surgimento dos colégios e os ideais da pedagogia jesuítica neste período. Seguindo com o pensamento pedagógico de Comenius e Rousseau.

O conceito de experiência trazido por Dewey e propagado por Anísio Teixeira no Brasil nos auxiliará a compreender este processo de aprendizagem, no qual temos como sujeito a criança. Dewey vai nos chamar a atenção para a questão da criança e a importância das experiências para a aprendizagem. Enquanto na Pedagogia Tradicional o papel do ensino está focado no professor, onde é o professor que ensina, conduz o processo de aprendizagem, Dewey vai propor um outro modelo, o qual recebeu

o nome de Escola Nova. Este modelo transfere o foco do processo de aprendizagem para a criança, o qual defende que as vivências e o período da infância que a criança se encontra devem ser levados em consideração pelos educadores. Deste modo, a ênfase é na concepção da criança como sujeito ativo do processo de aprendizagem.

UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Durante um certo período a identidade da criança não foi enfatizada perante a sociedade. Estamos referindo ao período medieval e tomando como ponto de partida o século XVII, mundo moderno. A partir daí, os intelectuais percebem a necessidade de analisar a criança enquanto sujeito, e em consequência a concepção de infância. De acordo com Boto (2002), os estudos sobre a história da infância ganharam força a partir da década de 60.

Como ponto de partida, tomaremos o pensamento Renascentista. O Renascimento projeta na criança a base do modelo a ser formulado na modernidade. Porém havia uma certa dificuldade em retratar a criança (BOTO, 2002). Até o momento, o comportamento, as ações da criança não eram levados em consideração. A criança era vista como ser que deveria ser submisso, uma espécie de miniatura dos adultos.

Em relação ao convívio social, as crianças eram vistas como seres que deveriam ser adestrados, regulados, incapazes de se auto reconhecer perante a sociedade. À elas cabia a imposição de regras e limites, e sobretudo o dever de obediência. Sobre a forma de educar, não haviam padrões básicos de doutrinação.

A partir de então, os intelectuais da Renascença estabelecem os primeiros tratados a serem seguidos, com o intuito de estabelecer uma normalização prescrita e preestabelecida, dentre estes: roteiros de civilidade para que as famílias e os educadores

pudessem conduzir os modos de as crianças se situarem e interagirem no mundo. (BOTO, 2002)

Entretanto, Neil Postman que foi um herdeiro da abordagem de Ariés (o qual foi o pioneiro no estudo sobre a história da infância), vem fazendo destaque a mudança no sentimento de infância neste período da modernidade. Essas mudanças se referem a mudança de olhar para o sujeito da criança, à ideia de inocência infantil. Sendo assim, a sociedade adulta passa a guardar segredos em relação a certos assuntos e a ter pudor. Tal comportamento se justifica pelo intuito de resguardar a pureza e a ingenuidade infantil das maldades e durezas da vida adulta.

Este sentimento de pudor para com as crianças favorece o surgimento dos colégios. Inicia-se também uma certa preocupação com a importância de aprender a ler. E não era uma simples leitura, era necessário que esta fosse dirigida, onde somente educadores especializados poderiam ensinar. Daí a procura pelos colégios. (BOTO, 2002)

Há um avanço em relação ao público para o qual a escola estava destinada. Na Idade Média, era exclusividade do clero. Conforme nos relata Ariés (1981) apud Boto (2002, p. 23) "A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto."

Além de mudanças na abrangência do público para o qual os colégios estavam destinados, ganham novas características sobre o sistema de ensino, os objetivos e a organização. Sobre tais mudanças, Boto (2002) nos relata que

(...) se agrega uma nova disposição física que levará à produção de uma cultura escolar tipicamente estruturada mediante um ritual de disposição de classes, por alunos distribuídos por faixas

de idade e por graus de aprendizado; a demarcação de uma temporalidade muito específica para fixar as horas de cada lição, de cada exercício, de cada atividade da rotina escolar; incluídos os tempos de entrada e saída, os intervalos; os castigos e recompensas (p.25).

A disciplinarização da infância e da juventude ganham destaque. E esta estrutura dos colégios vão contribuir para a "construção do objeto infância" e em consequência para o surgimento da categoria criança-aluno (BOTO, 2002). De acordo com Naradoswki (2001) apud Boto (2002, p.29) "A criança e o aluno correspondem existencialmente a um mesmo ser, mas epistemologicamente constituem objetos diferentes."

A afirmação anterior quis explicitar que em primeira instância, a criança aparece como motivo necessário para a construção do objeto aluno, e é neste ambiente escolar, ou seja, neste espaço de atividades pedagógicas que este processo se concretiza. Todavia podemos afirmar, que o aluno está incluído de algum modo no sujeito criança, porém neste processo de desenvolvimento o educador precisa levar em consideração o âmbito da infância no qual o indivíduo se encontra.

Esta transformação da criança no ser-aluno diz respeito ao modo ser, de pensar, de agir e sobretudo de estar no mundo. Segundo Boto (2002, p.31), "Tratava-se aqui de produzir a criança-indivíduo; a criança como um específico estado de ser: criava-se com os colégios, a infância escolar." A criança que o colégio vai constituir é o indivíduo sempre amedrontado, vigiado e conseqüentemente ameaçado.

A igreja é a instituição que se destaca por responsabilizar pela educação deste período. De acordo com Boto (2002, p.23), "Os colégios jesuíticos, de alguma maneira, transportam para dentro de

seus muros os ideais pedagógicos reivindicados pela Renascença.” Um dos objetivos da pedagogia jesuítica era proporcionar aos indivíduos uma infância letrada e sempre pautada nas virtudes. Os colégios tinham uma preocupação com a conduta civil, e de certo modo seguiam sempre um ritual. Esta pedagogia jesuítica vai dar origem ao que a didática chama de “Pedagogia Tradicional.” A pedagogia jesuítica utilizava da emoção como estratégia para persuadir, despertar sentimentos, utilizando sempre como instrumento a fé e vinculando seus ensinamentos à religião

PONDERAÇÕES DE COMENIUS E ROUSSEAU SOBRE A INFÂNCIA

Comenius (1592-1670) vai propor no século XVII a construção de uma ciência universal. Ele vai apresentar para a educação princípios de pensamento rigoroso, sistemático e ordenado, estabelecendo-se assim ao que ele chamou de Didática Magna. Um método enfatizado no pensar, no conhecimento, o ensino de modo sólido, conduzindo aos bons costumes. (BOTO, 2002)

Esta Didática vai supor uma confiança na capacidade do aluno de aprender e do professor de ensinar, dando um novo sentido à infância e à escola. Comenius (1997) apud Boto (2002, p. 35) vai dizer que “Competiria à escola a transformação natural e social das crianças. Entendendo como tarefa da educação escolar formar valores como a temperança, castidade, humildade, gravidade, paciência e continência.” Ou seja, caberia também à escola ensinar as virtudes, os valores de conduta e a vivência em humanidade.

A universalização da escola e o ensino coletivo foram duas grandes conquistas da Didática Magna. Comenius também vai nos chamar atenção para o fato de que existem aqueles que compreendem as coisas mais rapidamente e outros de forma mais lenta. Vai existir também o indivíduo mediano, os quais segundo

ele, são a maioria. Todos são capazes de desenvolver. Comenius faz três classificações a respeito das crianças enquanto alunos: chama de agudos aqueles orgulhosos pelo conhecimento, os quais se incentivados pelo professor têm o potencial de obterem uma personalidade brilhante; obtusos aqueles que são mais preguiçosos e vão exigir do educador mais paciência; e uma minoria que ele classifica como idiotas.

Mediante estas classificações, a criança é caracterizada por sua capacidade e disponibilidade para o aprendizado. Desta forma, Comenius estaria de certo modo, transformando a criança em aluno e a escola torna-se o ambiente da criança-aluno (BOTO, 2002).

Em relação ao ensino, Comenius faz abordagem a um modo de ensino coletivo, no qual o professor não deveria ensinar de modo algum somente um aluno, mas todos de uma só vez. Por isso a ideia de coletivo, como se todos juntos formassem um. Apesar de fazer distinções entre as características de cada criança-aluno, defende que o ensino deve ser único e igualitário, proporcionando assim a mesma oportunidade a todos.

O modelo ensino coletivo proposto não permitiria de modo algum que o professor aproximasse de um aluno para atender-lhe individualmente. Na sala de aula, o professor deveria ficar em um lugar mais alto, reforçando o aspecto de sua figura. Esta distância entre o educador/professor e a criança-aluno vai enfatizar a distância entre o mundo adulto e o mundo da infância.

Para Rousseau (1712-1778) a sociedade da época possuía falsas ideias sobre a infância. Sendo assim, propõe a descoberta da criança no que ela é antes de ser homem, ou seja, antes de ser adulto. Neste aspecto, ele salienta que "Procuravam sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem."

(ROUSSEAU, 2004, p.4) Ou seja, a criança era tratada sem levar em consideração as suas limitações, o seu estágio na infância.

Rousseau vai nos dizer que a liberdade é a primeira necessidade natural da criança. Porém isso não significa ceder-se aos seus desejos e caprichos. "Os pais fracos, que cedem a todos os pedidos do filho, longe de respeitar sua liberdade, corrompem-na; longe de fazer dele um ser livre, submetem-no às suas fantasias e mais tarde às suas paixões." (ROUSSEAU, 2004, p. XXI) É a liberdade de construir suas próprias concepções, com base em suas vivências e experiências. "Porém, se contrariar a criança existe cautela, não contrariá-la seria loucura." (BOTO, 2002, p.47)

Sobre a concepção de infância do momento, na qual Rousseau critica a visão de criança da sociedade e afirma que: o menino (criança) deveria ser visto como menino, e não como uma prévia do adulto no qual ele iria se tornar. A criança é um ser complexo, com suas próprias características de observar o mundo, as quais fornecem perspectivas para transformá-lo e devem ser compreendidas dentro de seu estágio de vida. (ROUSSEAU, 2004)

A infância existe enquanto o pensamento racional estiver ausente. No momento em que o indivíduo começa a agir com base na razão, significa que ele deixou então de ser criança. Portanto, Rousseau vai enfatizar a dificuldade dos adultos de se colocar no lugar das crianças. "Rousseau destaca como ponto essencial de sua proposta pedagógica o respeito do adulto perante a inocência das crianças" (BOTO, 2002, p. 54).

Após falar sobre a concepção da infância e do sujeito criança na sociedade, abordaremos sobre a aprendizagem e a importância das experiências para o "aprender". Trataremos destes conceitos conforme a perspectiva de Dewey, e Anísio Teixeira, que representou suas ideias no Brasil.

O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NA APRENDIZAGEM – DEWEY E TEIXEIRA

A primeira influência de John Dewey (1859-1952) na Educação Brasileira foi no Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932. O principal representante deste movimento no Brasil foi Anísio Teixeira (1900-1971). Teixeira foi aluno de Dewey na Universidade de Columbia, em Nova York, daí o motivo de sua relação com o filósofo norte-americano.

Até o momento, tínhamos os ideais da Educação Tradicionalista, onde o papel do ensino era focado no professor: o professor é quem ensina e conduz todo o processo de aquisição do conhecimento. Dewey vai ser o propulsor de um outro modelo, chamado Escola Nova. Este vai focar na aprendizagem e na criança, sendo a criança o sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Ou seja,

O eixo da escola se desloca para a criança. Não é mais o adulto, com seus interesses, a sua ciência, a sua sociedade, que governa a escola, mas a criança, com as suas tendências, os seus impulsos, as suas atividades e os seus projetos (TEIXEIRA, 2000, p.56-57).

A influência de Dewey sobre os educadores brasileiros é notada principalmente na promoção entre os programas escolares e atividades primárias da criança, na tentativa de sintonizar o currículo com o desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança.

Uma filosofia baseada na liberdade do aluno para elaborar suas próprias certezas. "A criança não mais como um meio, mas como um fim em si mesma. A personalidade infantil aceita, respeitada, ouvida, e não mais ignorada ou, conscientemente, reprimida" (TEIXEIRA, 2000, p.56). Dewey vai remeter a como trazer

a criança como sujeito ativo, trazendo então o conceito de experiência.

Dewey traz o conceito de experiência como conhecimento adquirido ao longo do tempo. Experiência significa interação. Deste modo, "A função do conhecimento é tornar uma experiência livremente aproveitável em outras experiências" (DEWEY, 2007, p.99).

Neste sentido, Teixeira (2000) vai salientar que a educação não seria um processo de preparo para a vida, mas contribui para uma contínua reconstrução e reorganização das experiências. Ou seja, a educação como mediadora em transformar as experiências em construção de conhecimento.

Cada experiência tem a sua contribuição para que o indivíduo aprenda algo, sendo ela positiva ou negativa. Teixeira (2000, p.78) ressalta que "Cada experiência deixa um certo resultado que habilita a criança a encarar de modo diverso a futura experiência, portanto obter dela um resultado também diverso." Deste modo, cada ação vai proporcionar uma experiência, diferente da obtida anteriormente, ainda que seja uma ação semelhante. Para Dewey (2007), a experiência é uma fase da natureza, onde ocorre a interação entre o ser (indivíduo) e o ambiente, e estes são modificados.

O saber de uma criança tem toda uma organização lógica e "À medida que se progride, vão se distinguindo melhor as partes e suas relações entre si e com o todo" (TEIXEIRA, 2000, p.82). Estas relações se iniciam logo no começo da vida, e com o passar do tempo vão ficando mais evidentes para a criança. O meio no qual ela vive, os indivíduos com os quais ela partilha essas vivências tem uma relação direta na construção deste saber.

Sendo assim, o papel do professor é propor situações problema, a fim de despertar no aluno a criticidade, fazê-lo refletir,

de modo que ele resolva utilizando o melhor método e os melhores conhecimentos (TEIXEIRA, 2000). Portanto, cabe a escola integrar as experiências vivenciadas dentro do seu ambiente e fora dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de infância da sociedade foi sendo construída com o decorrer do tempo e sofreu mudanças até chegar aos ideais de hoje. Foi após o Renascimento que a infância começou a ser pensada, e desde então a criança começa a ser vista como criança e não como um adulto em miniatura. Segundo Boto (2002, p.14), "Remetendo-se a uma nova e dinâmica concepção de homem, o Renascimento projeta na criança a argamassa do modelo a ser engendrado na maturidade. Contudo, visivelmente, havia alguma dificuldade em retratar a criança."

Com uma nova concepção de homem sendo formada e sua influência na concepção de infância, os intelectuais da época começam a perceber a necessidade de estudar o comportamento infantil e sobretudo pensar em uma pedagogia voltada para este sentido.

A partir destes ideais, surgem as ideias da fundação dos colégios. A estes caberiam a função de ensinar, não somente a ler, escrever, mas também a moral, a ética e a formação de indivíduos civilizados. A pedagogia jesuítica se destaca, e a figura da igreja permanece a frente dos moldes de educação. A pedagogia e o modelo de ensino jesuítico, posteriormente fica conhecida como Pedagogia Tradicional.

Com a fundação dos colégios, vê-se a necessidade de estabelecer um método de ensino, que seria comum a todos os professores dos colégios. No século XVII, Comenius vai propor um método chamado Didática Magna. Uma das propostas deste método é a universalização do ensino a todas as crianças. Outro

ponto defendido pelo autor é que o tempo de aprendizagem de cada criança deveria ser respeitado pelo professor e que cada criança tinha o seu próprio tempo. Rousseau também vai fazer referência a importância do respeito ao estágio de desenvolvimento da criança para a aprendizagem e que para educar era importante que se conhecesse as crianças, bem como suas limitações e particularidades.

Até momento, com a Pedagogia tradicional, o ensino estava focado no professor, onde ele é quem ensinava e conduzia todo processo de aprendizagem. Aos alunos caberia o dever de submissão, respeito, os quais deveriam aceitar as ideias e conhecimentos propagados pelo professor sem questionamentos.

Dewey vai propor um outro modelo, chamando Escola Nova, onde o foco é transferido do professor para o aluno. Por este motivo, ele vai ser criticado por vários educadores e intelectuais da época. Dewey vai nos chamar a atenção também para a importância do conceito de experiência na aprendizagem.

Para Dewey, não é o adulto (professor, educador) com suas ideias quem deve governar os sistemas educacionais, mas sim a criança, com suas vontades, desejos, e as atividades devem ser elaboradas e planejadas de acordo com o desenvolvimento infantil.

De acordo com Dewey e Teixeira, as experiências tem uma função importante na aprendizagem. A partir de cada experiência, o indivíduo compreende algo, que vai influenciar suas futuras ações. Nenhuma ação produz uma experiência igual, ainda que a ação seja semelhante a outra já vivenciada. Entretanto, a aprendizagem acontece com base nas experiências vivenciadas, desde o início da vida do indivíduo.

A pedagogia proposta por Dewey, pautada na valorização do desenvolvimento infantil e do aluno como sujeito ativo da aprendizagem ganhou força e se perpetua até os dias atuais no

sistema de educação. Porém, isto não quer dizer que não existem instituições educacionais que não possuam uma filosofia de ensino fundamentada nos ideais da Pedagogia tradicional.

REFERÊNCIAS

BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. (Org.) **Os Intelectuais na História da Infância**. – São Paulo: Cortez, 2002. P. 11-60

DEWEY, J. **Democracia e educação: Capítulos essenciais**. Apresentação e comentários: CUNHA, M. V.; São Paulo: Ática, 2007.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TEIXEIRA, A. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação: A Escola Progressiva, ou, a Transformação da Escola**. – 6 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

[1] Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEDUC); Universidade Federal de Catalão – UFCat, Catalão/GO-Brasil. Endereço eletrônico: isabel_balduino@hotmail.com

[2] Unidade Acadêmica de Educação Especial (UAEE); Universidade Federal de Catalão – UFCat, Catalão/GO-Brasil. Endereço eletrônico: tina@wgo.com.br